



II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Conheça o “Eixo 9” destinado ao enfrentamento do racismo, sexismo e da lesbofobia.

Muito se debate sobre o racismo no Brasil. Nos jornais e telejornais esbarramos freqüentemente com notícias de crimes de racismo. Nas músicas – seja em tom de lamento ou revolta - a crítica das relações raciais nos chega em verso e prosa. Nas novelas, inúmeras são as situações de racismo, sejam elas encenadas: como nas histórias de “amores proibidos” entre brancos e negros, ou reais: quando a questão é pouca quantidade de atores e atrizes negros na TV.

Tanto se fala sobre o assunto que já não há mais como negar que o racismo de fato existe e se faz presente em várias situações de no nosso dia-a-dia. O que também não quer dizer que nos acostumamos a ele. Aliás, seria impossível nos habituarmos a algo que nos faz tão mal. E como faz!

O racismo se entranha, inclusive, em instituições do Estado como hospitais e escolas, os quais deveriam oferecer a população serviços públicos com igual qualidade, independentemente da cor de quem os acessa. Afinal de contas, a igualdade (com respeito às diferenças) e o tratamento digno são direitos de todos os cidadãos.

Conhecemos os desastrosos resultados do racismo na vida da população negra, mas, e o sexismo e a lesbofobia? A quem afetam? Você sabe de fato o que são e quais as suas conseqüências? O **sexismo** é a discriminação direcionada a uma determinada orientação sexual ou gênero. **Gênero**, por sua vez, é o termo que se refere aos diferentes papéis desenvolvidos historicamente por homens e mulheres na sociedade. O sexismo, existente em nossa sociedade quer fazer crer que o gênero masculino deva desfrutar de uma série de privilégios, por conta de uma falsa superioridade em relação ao feminino. A **lesbofobia** é então uma das formas do sexismo que envolve a discriminação direcionada as mulheres lésbicas.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) organizou, no fim do ano de 2007, sua II Conferência Nacional que teve como meta reunir uma série de propostas da sociedade brasileira para o enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens. O principal resultado deste encontro – no qual participaram cerca de 2.800 mulheres de diversas regiões do país - foi o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Composto de vários capítulos ou “eixos” - cada qual visando cuidar das diferentes necessidades femininas -, o plano de governo, inicialmente, não apresentava propostas que pudessem fazer frente às discriminações sofridas por mulheres negras, índias e lésbicas. Mais uma vez, estas mulheres tiveram de lutar para que seus interesses fossem incorporados a uma política pública e encontraram pela frente forte resistência. Mas, felizmente, a batalha foi vencida resultando na conquista do chamado “Eixo 9” deste II Plano Nacional. O Eixo 9 tem a tarefa de enfrentar o racismo, sexismo e a lesbofobia, instituindo políticas, programas e ações direcionadas às mulheres atingidas por múltiplas discriminações.



Heidi Lange

Do documento apresentado pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) na conferência que antecedeu o plano, constam alguns dados que comprovam os impactos do racismo e do sexismo na vida destas mulheres em todo Brasil:

- 58% dos óbitos de jovens negras por causas externas referem-se a assassinatos;
- 44,5% das mulheres negras não tiveram acesso ao exame clínico de mamas contra 27% das mulheres brancas, segundo dados do Ministério da Saúde de 2004;
- entre 2000 e 2004 a infecção pelo HIV-AIDS subiu de 36% para 42,4% entre mulheres negras. Entre homens negros subiu de 33,4% para 37,2%. Entre a população branca a incidência do HIV-AIDS caiu no mesmo período.

As representantes da sociedade civil cumpriram um papel decisivo para que o Plano Nacional efetivamente pudesse contar com estratégias mais realistas no enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia. Sueli Carneiro, Coordenadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, foi uma das participantes do processo político que originou o Eixo 9. Ela ressalta a importância da luta das mulheres negras nesta vitória: “O movimento de mulheres negras foi o principal responsável pela construção desta política”, afirma.

O grande problema é que até a metade deste ano a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) - responsável por colocar todos os eixos do II Plano em prática -, teve atuação bastante tímida na implementação do Eixo 9. Jurema Werneck, coordenadora de CRIOLA, foi uma das ativistas que lutaram por esta política. Ela faz questão de lembrar como o governo se posicionou frente as exigências de mulheres negras, índias e lésbicas: “Este eixo foi aprovado contra a vontade do governo, que encaminhou votação contrária e perdeu. Agora, com a obrigação de realizar, ainda não fez nada”, opina.

Somente no primeiro semestre deste ano – cerca de dois anos após a construção do plano nacional - a SPM convocou um grupo de trabalho para discutir a implementação do Eixo 9. “A instituição deste grupo de trabalho não pode ser mais uma oportunidade de não fazer nada. Estamos lá para dizer ao governo que o Eixo 9 quer dizer ação afirmativa: priorizar as necessidades de mulheres negras, índias e lésbicas”, diz Jurema.

A não implementação do Eixo 9 é mais um reflexo da resistência geral de setores conservadores e racistas da sociedade às políticas de ações afirmativas que têm sido exigidas pelos movimentos sociais. Em outras palavras, a principal condição para que o Eixo 9 saia do papel é a efetivação de políticas de cotas. E como podemos perceber - dada a repercussão do intenso debate sobre ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras - é fortíssima a pressão de grupos racistas para que políticas como estas sejam derrubadas.

Mais do que o reconhecimento de injustiças históricas do Estado brasileiro, as ações afirmativas e seus sistemas de cotas são meios de se reivindicar reparação. E por isto continuaremos lutando!

Conheça o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em:

http://200.130.7.5/spmu/docs/Livreto_Mulher.pdf

MULHERES NEGRAS

enfrentam o racismo no país e pelo mundo afora!

Saiba como os resultados da revisão da III Conferência Mundial contra o Racismo afetam nossas vidas aqui no Brasil.

Em agosto de 2001, representantes de 163 países, incluindo o Brasil, se reuniram em Durban, na África do Sul, para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia* e Intolerâncias Correlatas – o mundo assistia ao evento que ficou internacionalmente conhecido como a Conferência de Durban. Estiveram presentes 16 Chefes de Estado, cerca de 100 Ministros, além de representantes de organizações da sociedade civil e ativistas de vários cantos do planeta. O objetivo do encontro foi firmar um acordo no qual os países participantes se comprometiam com a execução de um plano de ação que prevê medidas para a superação do racismo e de outros tipos de discriminação.

No entanto, um dos maiores problemas observados hoje é que vários dos países não cumpriram como deveriam o que foi estabelecido em 2001. Ou seja, não foram capazes, tiveram dificuldades ou não quiseram desenvolver e colocar em prática políticas que pudessem fazer frente ao racismo, a intolerância religiosa e uma série de outras discriminações.

A grande questão é então como garantir que estes governos, efetivamente, cumpram o que prometeram há oito anos na Conferência de Durban? Para

este fim foi convocada uma nova conferência de revisão que visa manter o tema na agenda da ONU e fazer com que os governos reiterem os compromissos já definidos.

Em abril deste ano, em Genebra na Suíça, aconteceu a Conferência de Revisão de Durban onde participaram 4mil pessoas, entre elas chefes de Estado, autoridades internacionais e 16 representantes de organizações da sociedade civil brasileira. O papel destas últimas é, justamente, o de representar as pessoas que sofrem na pele o racismo e as mais diferentes formas de intolerância e discriminação. Todavia, estas organizações cujas funções são tão importantes, não puderam participar de forma mais ativa na Conferência de Revisão. O que se viu foi uma grande falta de espaço para que a sociedade civil se manifestasse e pudesse fazer avaliações, sugestões ou apresentar críticas.

Apesar da retirada de 10 países da conferência e da imposição de limites à atuação da sociedade civil, os governos participantes - membros da ONU - acabaram por confirmar sua adesão ao Plano de Ação estabelecido em 2001, o que

representa sem dúvida uma vitória. O triunfo, longe de ser o suficiente, é com certeza um grande estímulo à luta contra as discriminações, porque ao ratificar um acordo internacional deste porte o governo brasileiro assume diante da ONU o compromisso de seguir diretrizes compartilhadas mundialmente no enfrentamento do racismo e das chamadas intolerâncias correlatas.



Aqui, o movimento de mulheres negras continuará exigindo do governo brasileiro o cumprimento das medidas delineadas na Conferência de Durban para acabar com a intolerância religiosa (principalmente com relação aos ataques a religiões de matriz africana); políticas de ação afirmativa para mulheres negras que sofrem múltiplas discriminações; o desenvolvimento de uma forma de acompanhar a implementação do Plano de Ação com o qual se compromete o governo brasileiro; reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas; que se faça valer os direitos da mulher, garantindo que ela possa viver sua sexualidade com liberdade; e que o governo se comprometa, de fato, com o enfrentamento da violência.

O Ministro chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), Edson Santos, líder da delegação brasileira em Durban, avaliou positivamente

o processo de revisão da conferência, mas destacou que as políticas anti-racistas no Brasil ainda encontram grande resistência: “Temos consciência de que a aplicação das ações afirmativas no Brasil é uma questão ainda distante do consenso. A garantia dos direitos das comunidades quilombolas e a política de cotas raciais nas universidades, por exemplo, afetam diretamente setores que não querem dividir com mais ninguém o acesso à terra, ao saber e às benesses de nosso desenvolvimento. As ações impetradas na Justiça contra o sistema de cotas e a titulação das terras quilombolas são uma prova disso”, reconhece Santos

Mesmo assinando um documento internacional onde se compromete com o enfrentamento do racismo, o Brasil ainda tem pela frente o grande desafio de implementar e manter políticas que contribuam para mudanças efetivas na realidade do país que ainda padece de graves problemas causados pela discriminação racial, pelo sexismo e pelas diferentes formas de intolerância.

**Xenofobia é a discriminação contra estrangeiros.*

Direitos Humanos, Econômicos Sociais Culturais e Ambientais: você os tem!

EA LUTA POR ELES NÃO PODE PARAR!

Você sabe o que significa a sigla DHESC? São Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais aprovados desde 1966, pela Assembléia Geral da ONU que deu origem ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em vigor desde 1976, quando o número necessário de países o ratificou, este pacto visa garantir direitos à saúde, educação, ao trabalho, remuneração adequada, à cultura, seguro social e a comer, se vestir e morar em condições dignas. Pouco tempo mais tarde, devido à intensificação das preocupações internacionais com as questões do meio ambiente foi acrescentado aos DHESC um "A" de "Ambientais", tornando-se comum o uso da sigla DHESCA.

Mesmo depois de mais de 40 anos da criação do PIDESC, centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo têm estes mesmos direitos totalmente violados e sofrem as esmagadoras conseqüências da chamada globalização econômica. Isto acontece, inclusive, em países onde os governos assinam o PIDESC, se comprometendo automaticamente a respeitar e promover tais direitos. O Brasil o assinou em 1992, o que também quer dizer que as medidas tomadas pelo governo brasileiro neste campo são "fiscalizadas" por comitês e conselhos da ONU que monitoram o cumprimento dos compromissos assumidos no pacto internacional.

Entre os dias 4 e 8 de maio deste ano, o Comitê DHESC - responsável por analisar e fazer recomendações acerca do PIDESC no Brasil - se reuniu em Genebra, na Suíça para fazer um balanço do cumprimento do pacto pelo Estado brasileiro. O encontro contou com a presença de autoridades de Estado e representantes da ONU, além de organizações da sociedade civil como CRIOLA, que estiveram na reunião apresentando um documento que enumera alguns dos pontos considerados essenciais para que o PIDESC seja colocado em prática no Brasil. Entre eles estão: a reivindicação de atenção a populações tradicionais como quilombolas e indígenas, que são as mais vulneráveis, tendo seus direitos violados, tanto no que diz respeito à questão do meio ambiente quanto na situação de posse de terras; maior participação da sociedade civil no acompanhamento das decisões do Estado; que os movimentos populares possam participar da vida política do país democraticamente sem serem tratados (sobretudo pela grande mídia) como criminosos, já que são responsáveis por grandes conquistas políticas; e a adoção de políticas econômicas que garantam a diminuição das desigualdades sociais no país (pesquisa feita pelo IPEA, em 2008 constatou que os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza do Brasil).

De acordo com Enéas Rosa, Secretário do Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, a grande concentração de renda nas mãos de poucos é um dos principais fatores que impedem que o PIDESC seja posto em prática: "São problemas persistentes mesmo

com a mudança de governo. Persiste a desigualdade reforçada pelo estímulo ao modelo de desenvolvimento que dá prioridade aos grandes projetos e aos grandes negócios", afirma. Essas desigualdades apontadas pelos representantes da sociedade civil são acentuadas ainda mais por - como disse Rosa - grandes projetos estimulados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal posição política passa a ser adotada atualmente pelo estado brasileiro, sob o discurso de que "movimenta a economia gerando emprego, desenvolvimento e bem estar". Sabemos, entretanto, que estes projetos promovem, justamente, o oposto: exploram mão de obra barata, agridem o meio ambiente, favorecem grandes empresas internacionais encarregadas da execução de tais empreitadas, fortalecem a concentração de renda e aumentam outras mazelas sociais que dariam uma lista interminável.

Um bom exemplo da opção política por de trás do PAC é a idéia autoritária de se construir um muro de "ecolimites" ao redor da Rocinha. Mesmo contrariando os moradores e recebendo duras críticas de organizações populares, o Governo do estado do Rio de Janeiro não se mostrou disposto a desistir totalmente da ambição de cercar os pobres, delimitando o espaço em que "devem permanecer". E a grande contradição: se o governo investe maciçamente em projetos que degradam o meio ambiente Brasil a fora, qual a razão do estabelecimento de "ecolimites" justo para a Rocinha? Mais uma prova de que os tais "grandes projetos" não trarão benefício algum para a população, dado o caráter racista e discriminatório com que se apresentam.

As desigualdades criadas por este tipo de posicionamento político por parte do governo brasileiro são, sem dúvida, vividas e sentidas com muita intensidade, por nós mulheres negras. Às vezes de forma violenta, às vezes em pequenos desrespeitos que, a primeira vista, parecem sem importância, mas que vão se acumulando aos poucos, rapidamente e sem que a gente se dê conta.

Mas não cessamos de lutar. A participação de CRIOLA nesta última reunião do Comitê DHESC, foi marcada pelo destaque à situação real das mulheres no Brasil, em especial a das mulheres negras. Ressaltamos que as falhas das políticas atuais têm sido as principais razões para o não cumprimento dos direitos da população negra. Lembramos também que uma das causas fundamentais de algumas das principais dificuldades vividas pelas mulheres negras é, justamente, a incapacidade do governo Lula de agir em favor da igualdade racial e de gênero, no enfrentamento da violência e da violação de direitos.

EXPEDIENTE

- Tiragem: 8.000 exemplares
- Edição e Redação: Thiago Ansel - Projeto Gráfico: Luciana Costa Leite
- Colaboradoras: Jurema Werneck e Lúcia Xavier
- Financiador: HBS - Apoio: Global Fund for Women



CRIOLA

Av. Presidente Vargas, 482, sl. 203 • Centro • Rio de Janeiro
Brasil • CEP 20071-000 • Telefax: 21.2518-7964 • 2518-6194
Endereço Eletrônico • criola@criola.org.br
Página • www.criola.org.br